

Segurança pública ganha reforço

Proibição do corte de verba para o setor, facilidade para policial comprar casa própria e proteção a vítimas de violência doméstica estão entre as propostas da segunda parte do pacote de medidas aprovado pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem a segunda parte das medidas emergenciais para reforçar a segurança pública. Um dos projetos, que vai ao Plenário, proíbe o governo de reter verbas para o setor. Outro facilita a aquisição de casa própria por policiais. E o terceiro estabelece uma série de medidas de proteção às vítimas de violência doméstica. **Página 5**



Senadores discutem na Comissão de Justiça o que fazer para diminuir a violência: melhoria da estrutura de segurança e condições de vida dignas para os policiais

Célio Azevedo

Com apoio de senadores, Jefferson Péres propõe acordo nacional **Página 7**

Comissão acata propostas que beneficiam trabalhadores **Página 2**

Congresso sistematiza projetos sobre saneamento básico **Página 6**



Apuração "vai separar joio do trigo", diz Renan (entre Tuma, à esq., Aldo e Ciro Nogueira)

Jane Araújo

Senado aprova segunda mulher para o STF

Cármem Lúcia Antunes Rocha será a segunda mulher a tomar assento na mais alta corte de Justiça do país. Por 55 votos contra 1, os senadores aprovaram ontem a indicação da procuradora mineira para o cargo de ministra do Supremo Tribunal

Federal (STF). A primeira mulher a integrar o STF foi a atual presidente da corte, Ellen Gracie. O Plenário acolheu outras mensagens indicando várias autoridades, como ministros do Superior Tribunal de Justiça e chefes de missões diplomáticas. **Página 6**

Congresso e procuradoria juntam esforços contra "sanguessugas"

A Procuradoria Geral da República vai investigar o esquema denunciado pela Operação Sanguessuga e, constatado o envolvimento de parlamentares, informará o Congresso para que adote providências. Essa linha de atuação foi acertada ontem

entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e o procurador-geral Antonio Fernando Souza. Renan disse acreditar na rapidez da apuração e garantiu que os culpados serão submetidos a punição. **Página 3**



O Plenário vota indicações de autoridades, mas não chega a acordo para deliberar sobre medidas provisórias que trancam a pauta

Gerardo Magela

Projeto de Cristovam, que recebeu decisão terminativa na CAS, prevê ainda que o INSS envie às empresas e aos segurados extrato relativo às contribuições

Empresas deverão informar aos funcionários recolhimento ao INSS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga as empresas a comunicar aos empregados, mensalmente, os valores recolhidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Pelo texto, o INSS também deverá enviar às empresas e aos segurados, quando solicitado, o extrato relativo ao recolhimento das contribuições. O projeto recebeu decisão terminativa.

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), observou que a proposta (PLS 10/06) contribui para que o recolhimento das contribuições seja mais transparente. Algumas empresas, observou, informam no contracheque dos funcionários o valor da contribuição devida ao INSS, mas na realidade não efetuam o recolhimento. Pela iniciativa de Cristovam, disse, essa prática poderá ser evitada.



Proposta foi aprovada por unanimidade pelos senadores da Comissão de Assuntos Sociais

A CAS acolheu ainda projeto de Flávio Arns (PT-PR) que elimina a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária. A proposta teve decisão terminativa.

O relator, Eduardo Azeredo, explicou que a inscrição no Conselho de Assistência Social local, bem como o registro e certificado

em nível federal, são partes das exigências para o funcionamento de entidades filantrópicas e também para que elas se habilitem a receber recursos públicos.

Outro projeto acolhido terminativamente na CAS, de Serys Slhessarenko (PT-MT), propõe tratamento isonômico para seguradas contribuintes individual, especial e facultativa, em caso de licença-maternidade.

Carteiros terão direito a adicional de periculosidade

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe a concessão de adicional de periculosidade aos carteiros foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 82/03 altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e obteve aprovação unânime, em decisão terminativa.

O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), destacou que os carteiros trabalham em condições perigosas, pois estão frequentemente sujeitos a atropelamentos

e a ataques de cães, por exemplo, além de serem obrigados, em alguns casos, a atravessar rios e florestas para entregar a correspondência. Ele disse também que a população em geral admira e respeita esse profissional.

A atividade de carteiro, lembrou Leonel Pavan (PSDB-SC), é uma das mais antigas e, na sua opinião, uma das mais importantes. Pavan afirmou ainda que, em razão da CPI que investigou denúncias de corrupção nos Correios, os carteiros sentem-se en-

vergonhados pelo envolvimento dessa tradicional instituição em escândalos.

Outra categoria que poderá ser beneficiada com adicional de periculosidade é a dos eletricitários. Projeto de Paim nesse sentido foi aprovado por unanimidade na CAS, em decisão terminativa. O PLS 170/05 teve a relatoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

– Os projetos não inovam, apenas consagram o direito de quem trabalha em atividade de risco – ressaltou Paim.

Comissão aprova piso salarial para técnicos de nível médio em Química

Técnicos de nível médio inscritos nos conselhos regionais de Química poderão ter piso salarial, de acordo com emenda de Plenário aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A emenda, apresentada por Arthur Virgílio (PSDB-AM), inclui os técnicos em Química como beneficiários do PLS 227/05, que estende aos profissionais de nível médio, regularmente inscritos nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), o piso salarial.

A CAS aprovou ainda, por

unanimidade e em decisão terminativa, substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) a projeto (PLS 139/03) de Paim que regulamenta o exercício da profissão de ortoptista – profissional com graduação em ortóptica, habilitado à pesquisa, à prevenção e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios óculo-sensório-motores.

O presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que, por falta de regulamentação, o mercado de ortóptica está invadido por amadores e curiosos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidente da França é homenageado no Congresso

O presidente da França, Jacques Chirac, será homenageado hoje no Congresso Nacional, em sessão solene às 17h. A comitiva francesa veio ao Brasil para intensificar o intercâmbio cultural e científico entre os dois países, além de tratar de questões econômicas. Faz sete anos desde a última visita de Chirac ao Brasil. Ele também vai ao Chile. A sessão do Senado, que continua com a pauta trancada, está marcada para as 14h.

Defesa nacional em debate na CRE

O impacto da crise das grandes cidades brasileiras sobre a defesa nacional será debatido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 9h30. Estão convidados o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; o coordenador de Fronteira do Departamento de Polícia Federal, Mauro Spósito; entre outros. Às 10h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) discute reservadamente a crise da Varig.

Indicação para a Adene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) examina, às 10h, a indicação do economista Enildo Meira de Oliveira Júnior para o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Adylson Motta na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve, às 10h, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta. O objetivo do debate é tornar mais eficaz a fiscalização de obras irregulares e inacabadas.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, João Alberto Souza e Wellington Salgado

TSE mantém a maioria das novas regras eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, em sessão na noite de terça-feira, que já se aplica em 2006 a maioria das novas regras eleitorais introduzidas pela Lei 11.300/06 (a chamada minirreforma eleitoral) aprovada pelo Congresso em abril. Foi, porém, considerado inconstitucional, pelo TSE, o artigo dessa lei que proibia a divulgação de pesquisas nos 15 dias que antecedem a eleição de outubro.

A proibição de showmícios, de distribuição de brindes e propagandas em *outdoors* e a obrigação de prestar contas das campanhas eleitorais pela internet foram mantidas pelo TSE. Com o julgamento do tribunal, além da distribuição de bonés, camisetas, chaveiros e cestas básicas, também está proibido todo tipo de doação ao eleitor por parte de partidos e candidatos.

Qualquer colaboração em dinheiro por pessoas físicas para candidatos também está vedada pela lei, proibição mantida pela decisão do TSE. A fixação de um teto para os gastos com campanhas eleitorais foi considerada inaplicável para as eleições de 2006. Essas informações foram divulgadas na página do TSE na internet.

O tribunal manteve o artigo da lei que responsabiliza o candidato pela administração financeira de sua campanha, juntamente com a pessoa designada por ele para essa função. Todos os recursos financeiros destinados à campanha devem ser depositados em conta aberta para esse fim. O abuso de poder econômico será punido com a perda do registro da candidatura ou do diploma.

A proibição de doações feitas por entidades beneficentes e religiosas também foi mantida. O mesmo ocorre com as colaborações de entidades esportivas, organizações não-governamentais que recebam recursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público.

Entre os dispositivos da lei considerados inaplicáveis, está o que estabelece que a representação de cada partido na Câmara dos Deputados será resultante da eleição. Com essa decisão, permanece a legislação vigente segundo a qual a representação válida é aquela existente no início da legislatura. A regra serve para garantir à legenda o direito à propaganda partidária gratuita em cadeia nacional de rádio e televisão.

Renan Calheiros e Aldo Rebelo debatem com Antonio Fernando Souza processo referente a envolvimento de parlamentares em esquema de fraudes

Congresso e procuradoria atuam juntos contra sanguessugas

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e os corregedores das duas Casas do Congresso, senador Romeu Tuma e deputado Ciro Nogueira, discutiram, na manhã de ontem, com o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, o processo referente a parlamentares denunciados pela Operação Sanguessuga da Polícia Federal (PF). Ao deixar a reunião, Renan afirmou que mais lógico do que conduzir essa investigação por meio de comissão parlamentar de inquérito é dar curso ao trabalho que vem sendo realizado pela Procuradoria Geral da República.

Na reunião, ficou acertado que a procuradoria irá apurar os fatos e, constatado o envolvimento de parlamentares, enviará ao Congresso os resultados das investigações para as providências que cabem ao Legislativo. O esquema descoberto pela PF indica fraude em licitações e compra de ambulâncias por prefeituras, com recursos do Orçamento garantidos por emendas parlamentares.

Encerrado o encontro com o procurador, Renan disse que não há nada definido sobre uma CPI, até porque isso resultaria numa superposição de investigações.

– Nós conversamos com o procurador, que, com a maior responsabilidade possível, está investigando, fazendo as perícias e vai nos informar, passo a passo, sobre a investigação, de modo a separar o joio do trigo e criar condições para que possamos punir exemplarmente.

Renan assegurou que quem tiver culpa estabelecida será submetido a punição e explicou que Antonio Fernando Souza dará conhecimento às correge-



Renan (ao lado de Aldo e Tuma) garante que culpados serão submetidos a punição

dorias do Congresso de tudo que for apurado no curso das investigações.

Rapidez

O presidente do Senado também esclareceu que o Ministério Público não demorará em sua ação. Isso porque Antonio Fernando Souza ressaltou que, em até duas semanas, a Procuradoria Geral enviará o resultado de suas investigações ao Legislativo. Da mesma forma, o procurador prometeu mandar à Câmara e ao Senado informações sobre cada perícia realizada. Assim, constatado o envolvimento de parlamentares com a máfia dos sanguessugas, as corregedorias das duas Casas formalizarão os processos contra os indiciados junto aos conselhos de Ética e Decoro Parlamentar do Legislativo.

Ao lado de Renan Calheiros, Aldo Rebelo manteve uma posição semelhante à do presidente do Senado. Ele afirmou que o Congresso está interessado na investigação, na apuração das responsabilidades e na punição dos culpados. Disse ainda que a conversa com o procurador teve por objetivo acelerar as investi-

gações para que os responsáveis sejam punidos.

– Nós julgamos que o poder público, via Procuradoria Geral da República, tem muito mais condições de produzir uma investigação e com muito mais celeridade para que, juntos, Câmara e Senado, possam adotar as medidas cabíveis. A palavra dada é a de que em poucos dias essas investigações começarão a produzir resultados – frisou Aldo.

Na mesma entrevista, Romeu Tuma comemorou essa abertura de canal entre as corregedorias do Legislativo e a Procuradoria Geral. Tuma explicou existirem perícias técnicas de documentos de difícil execução pelas corregedorias, que poderão ser facilmente conduzidas pelo Ministério Público.

– A procuradoria deu início a uma investigação para ver quem realmente tem indícios de responsabilidade, a fim de realizar a formação de culpa. Ciro Nogueira e eu acompanharemos de perto, sem deixar de ouvir pessoas que já estão praticamente indiciadas em razão de funcionários de seus gabinetes terem sido presos.

Renan afirma que TSE democratizou as eleições

Renan Calheiros, presidente do Senado, elogiou ontem as determinações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação às mudanças nas regras legais que valerão para as eleições de outubro. Ele assinalou que o TSE democratizou as eleições e garantiu mais igualdade de

oportunidades.

Renan disse considerar positivo todo aperfeiçoamento do processo institucional, político e eleitoral, acrescentando que esse aperfeiçoamento tem que ser permanente e continuado.

O senador salientou ainda que o PMDB já resolveu que não

terá candidato à Presidência da República, observando que essa foi uma decisão da maioria dos convencionais do partido. Renan lembrou que a reunião da Executiva do PMDB, que será realizada hoje, vai reafirmar a decisão tomada na convenção extraordinária do último dia 13.



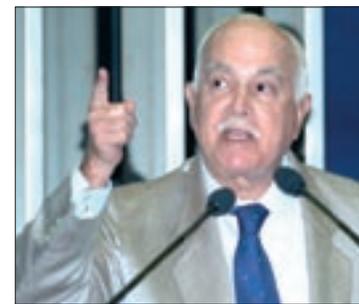
Para César Borges, “o governo Lula é amigo dos bancos, e não dos pobres”

César Borges critica presidente por não assumir candidatura

O senador César Borges (PFL-BA) criticou o presidente Lula por não assumir sua candidatura à reeleição, uma vez que “está em plena campanha”. O parlamentar disse que o presidente “quer aproveitar até o último momento para fazer campanha à custa do erário”.

César Borges perguntou como é que o presidente Lula gosta dos pobres se, nos últimos três anos, o país pagou R\$ 160 bilhões de juros “à banca internacional e nacional” e os bancos no país tiveram lucros tão altos. Para ele, o crescimento do país “foi insignificante”.

– Quem favoreceu esse lucro foi o governo Lula, amigo dos bancos, e não dos pobres.



Antonio Carlos diz que “a Bahia enfrenta boicote do governo federal”

ACM contesta propaganda do PT na Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou anúncio publicitário que o PT está veiculando na televisão baiana, em que “se apodera das realizações do governo de Paulo Souto (PFL)”.

– Na verdade, a Bahia enfrenta o boicote do governo federal, que nega recursos para o estado.

Em resposta, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o governo federal tem de fato investido em Salvador. Ele destacou que 96,6 mil famílias são beneficiadas pelo programa Bolsa Família na capital baiana. Antonio Carlos retrucou, declarando que não havia tratado de obras sociais, e sim de obras na orla de Salvador.

Almeida Lima protesta contra prisão de sindicalista

Almeida Lima (PMDB-SE) protestou contra a prisão do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Aracaju, Nivaldo Fernandes, que estaria liderando uma greve. O senador afirmou que a prisão é ilegal.

– Fico surpreso com o fato de o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, que determinou a prisão por meio da guarda municipal, ser um político de esquerda [PCdoB], acostumado a protestos e greves de servidores públicos e de outras categorias de trabalhadores.

O senador disse que já foi prefeito de Aracaju e “nunca precisou prender ninguém por causa de greve”.

Antônio Carlos Valadares defende prefeito de Aracaju

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, foi solidário aos sindicalistas Nivaldo Fernandes e Professor Pitanga, presos em manifestação durante greve dos servidores municipais, na última terça-feira.

De acordo com Valadares, o prefeito condenou as prisões, dirigiu-se à delegacia para solidarizar-se com os sindicalistas, e só saiu da delegacia quando ambos foram libertados.

– Ele sempre deu solidariedade a todos os movimentos sociais. Passou seis horas na delegacia e só saiu quando essas lideranças foram soltas – afirmou.

Afif vai entregar proposta sobre impostos ao Senado

O presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos, vai entregar ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma minuta de projeto de lei para que seja discriminado nas notas fiscais o valor dos impostos que estão sendo repassados ao consumidor no preço dos produtos e serviços.

O documento conta com cerca de 150 mil assinaturas e é fruto da campanha De Olho no Imposto, patrocinada pela ACSP. Ele será entregue a Renan em solenidade no próximo dia 31, às 12h, na rampa do Congresso. Afif disse que reunirá milhares de pessoas para o evento.



CDH aprova requerimento que constitui um grupo de senadores para ir a São Paulo avaliar desdobramentos da onda de violência

Senadores vão acompanhar investigação de atentados

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento que constitui um grupo de senadores para viajar a São Paulo, com a finalidade de acompanhar os desdobramentos dos atentados do PCC e as ações de repressão empreendidas depois pelos órgãos de segurança.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que vai integrar o grupo, informou que a comissão irá acompanhar as investigações tanto da polícia quanto da Procuradoria de Justiça paulista. Suplicy aplaudiu a decisão do procurador-geral da Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, de



Suplicy integra o grupo que vai verificar atuação da polícia e da Justiça paulistas

exigir das autoridades paulistas todas as informações sobre as mortes ocorridas após os atentados e sob que circunstâncias ocorreram.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Canudos

No mesmo pronunciamento, o senador elogiou a apresentação, pelo Teatro Oficina, em São Paulo, do espetáculo *A Luta – Parte II*, o quinto de uma série baseada na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. O senador recomendou a seus colegas que, se forem à capital paulista, não deixem de ver a peça. Suplicy explicou que essa parte do projeto traz ao palco a última etapa da Guerra dos Canudos, no fim do século 19, com a quarta expedição do Exército brasileiro, quando houve o massacre de mais de 25 mil seguidores de Antônio Conselheiro.

Tebet solicita recursos para reconstruir presídios

Ao lamentar as rebeliões de presos ocorridas na semana passada, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo ao governo federal para a liberação dos R\$ 2,5 milhões já solicitados pelo governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, para a reconstrução dos presídios afetados.

Tebet cobrou ainda medidas urgentes para coibir a atuação violenta de organizações urbanas e rurais “que assumem função política”, como o bloqueio de estradas promovido por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com o senador,



Tebet cobra medidas que coibam atos violentos de organizações urbanas e rurais

violência é um assunto que deve estar sempre presente nas discussões do Plenário, uma vez que tem relação direta com a corrupção.

– São duas irmãs siamesas



Ideli repudia rumores de mensagem divulgada pela organização criminosa

Líder petista nega que PCC recomende voto em seu partido

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), repudiou a suposta mensagem que teria sido divulgada em presídios paulistas pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) recomendando o voto no PT nas próximas eleições. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, tal mensagem teria sido interceptada pela Polícia Federal.

– Repilo veementemente em nome do PT qualquer insinuação. Se houve autoridades conversando com o comando do PCC não foi ninguém do meu partido – disse a senadora.

que não permitem o desenvolvimento do Brasil. Para crescer, é preciso de ordem e há uma desordem no país – disse Tebet, comemorando o pacote de medidas emergenciais antiviolência aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ) em recentes deliberações.

Em apartes, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) lembrou que o crescimento brasileiro está aquém da média mundial, enquanto Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou a absolvição pelo Plenário da Câmara dos Deputados de parlamentares indiciados pelo Conselho de Ética daquela Casa, classificando a decisão como “violência inaceitável”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), que havia pedido um posicionamento do PT sobre essa notícia, saudou o esclarecimento, mas retrucou dizendo que havia pessoas ligadas ao partido que teriam mantido conversas com o PCC – no caso, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

De acordo com reportagem da revista *Veja*, a polícia paulista teria gravado conversas telefônicas em que membros do MST orientavam integrantes do PCC sobre a organização de manifestações.



Crivella propõe facilitar a aposentadoria pelo INSS para quem vive em outro país

Projeto beneficia brasileiro que trabalha no exterior

Projeto de lei protocolado ontem por Marcelo Crivella (PRB-RJ) autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a receber, sem multas e parcelada em até 60 meses, a contribuição previdenciária retroativa de brasileiros que trabalham no exterior. Com isso, eles poderão se aposentar pela Previdência brasileira.

O projeto foi proposto pela CPI da Emigração Ilegal, que tem Crivella como presidente. Ele observa que, hoje, os emigrantes brasileiros não podem contribuir para sistemas previdenciários dos países em que trabalham ilegalmente. No Brasil, eles podem se filiar à previdência geral, na categoria de contribuinte facultativo, mas poucos pagam suas parcelas, dadas suas condições financeiras ao chegar ao exterior. Depois, quando eles obtêm renda, as elevadas multas sobre as parcelas atrasadas praticamente afastam as possíveis adesões ao INSS.

Ato pede urgência na votação da Lei de Segurança Alimentar

A votação urgente da proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL 6.047/05) foi solicitada ontem em ato promovido por representantes do governo, da sociedade civil, de entidades privadas e ONGs, e por conselhos estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O projeto, enviado pelo governo ao Congresso em outubro de 2005, foi aprovado na Câmara na última semana. Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), que representou os senadores no ato, a proposição deve ser analisada na Casa pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Justiça (CCJ).

– Com a Lei Orgânica, podemos atingir mais cedo nossa meta de assegurar uma vida com dignidade e liberdade para todos os brasileiros – afirmou Suplicy.



Comissão de Justiça aprova medidas emergenciais para a segurança pública, projeto para defesa da mulher e convocação de Daniel Dantas

Comissão quer impedir governo de bloquear verbas para segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, parecer favorável ao projeto de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que visa proibir o contingenciamento de verbas orçamentárias para programas de segurança pública.

A proposta (PLS 134/06), que é parte de um pacote de medidas emergenciais destinadas ao combate à criminalidade, ainda será examinada pelo Plenário. Emenda de Jefferson Péres (PDT-AM) flexibiliza o texto, determinando que o bloqueio não será inviável, mas dependerá de aprovação do Congresso. Outra emenda, apresentada por Romero Jucá (PMDB-RR), estabelece que a falta de aplicação dos recursos implicará crime de responsabi-

lidade por parte dos ministros da Fazenda e da Justiça e dos governadores estaduais.

A CCJ também aprovou parecer favorável ao projeto que delega poderes aos ministros do Turismo, da Justiça e de Relações Exteriores para isentarem a exigência de visto de turistas quando o interesse nacional o recomendar (PLS 151/05), e determina que os estrangeiros que ingressarem no país receberão o mesmo tratamento dado em seus países aos cidadãos brasileiros. De autoria de Paulo Octávio (PFL-DF), a proposição teve como relator Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e ainda receberá decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Célio Azevedo



Antonio Carlos preside reunião da CCJ que deu ontem parecer favorável a duas proposições

Daniel Dantas, a irmã e Gustavo Marin devem depor em comissão

Uma audiência pública para ouvir o banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, com vistas a esclarecer reportagem da revista *Veja*, será realizada, em 7 de junho, pela Comissão de Justiça (CCJ). A matéria, publicada pela revista no último dia 14, afirma que Dantas teria um dossiê com nomes de autoridades donas de contas em paraísos fiscais – informação negada posteriormente pelo banqueiro.

O requerimento para a convocação do banqueiro é de autoria dos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), e foi analisado ontem pela CCJ. Também deve ser convocada a irmã de Daniel, Verônica Dantas, e o presidente

do Citibank, Gustavo Marin.

A lista com supostas contas de autoridades petistas no exterior incluiria o presidente Lula, conforme relata a revista *Veja*, que alega ter gravações e documentos de toda a operação. Na edição do último dia 21, a revista volta a falar no assunto, dizendo que “documentos desmentem Dantas e derrubam suas versões sobre o dossiê”.

De acordo com a revista, Dantas – juntamente com Frank Holder, que seria ex-espião da agência de investigações Kroll – teria se encontrado com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, e este teria se comprometido a defender os interesses do Opportunity, desde que não fosse investigado pela Kroll.

Proposta que facilita compra de moradia por policiais vai à Câmara

O projeto de lei que facilita aquisição de moradia por policiais – de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros – será encaminhado à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que seja votado pelo Plenário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo à proposta. O texto recebeu decisão terminativa na CCJ, sem emendas, e teve como relator o senador Demostenes Torres (PFL-GO). A matéria foi examinada também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está pronta para ser levada à análise da Câmara.

O programa tem por objetivo criar um subsídio habitacional para os integrantes das polícias militares e civis e dos bombeiros militares, permitindo que eles conquistem condições melhores de moradia.

Na justificativa, Renan disse que os policiais que moram em favelas precisam esconder a sua profissão porque, se forem reco-



Renan propõe subsídio habitacional para bombeiros e policiais civis e militares

nhecidos onde moram, podem ser assassinados, juntamente com seus familiares.

– Há casos pitorescos que merecem registro. Em áreas de comércio de drogas, por exemplo, os policiais são submetidos à vigilância dos marginais e ficam impedidos até mesmo do uso de seus telefones residenciais. Outros, mais cautelosos, ao fim de suas tarefas, optam por dormir nos quartéis, diante do receio de retorno às suas casas. No Rio de Janeiro, estima-se que 10% do contingente dos policiais milita-

res vivam nessas circunstâncias – afirma Renan.

De acordo com o projeto, não será beneficiada pelo programa a pessoa física que já tiver recebido benefícios da mesma natureza, oriundos de recursos orçamentários da União. Caberá ao Executivo, por meio de regulamento, definir as diretrizes e condições para a implementação do programa, especialmente quanto às faixas de renda a serem atendidas; aos procedimentos e condições para direcionamento dos subsídios; aos valores máximos dos subsídios; e à colaboração financeira e técnica com outros entes da Federação para o atendimento dos objetivos da lei.

O Ministério da Justiça deverá colaborar com estudos técnicos e análises específicas para que sejam atingidos os fins propostos no programa. Ainda segundo o projeto, os recursos serão destinados exclusivamente ao subsídio de operações de financiamento habitacional dirigidas a esses policiais.

Aprovadas medidas de combate à violência doméstica

A proposta da Presidência da República que dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PLC 37/06) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça (CCJ). A matéria foi relatada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e será apreciada em regime de urgência pelo Plenário, conforme pedido de Serys Slhessarenko (PT-MT).

Na avaliação de Lúcia Vânia, a proposição apresenta algumas inovações que poderão contribuir para a redução dos casos de violência doméstica, como a proibição da aplicação de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cestas básicas e multa. O projeto visa combater qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.

De acordo com a proposição, a autoridade policial deverá com-



Lúcia Vânia destaca inovações da proposta, como a proibição de penas alternativas

parecer de imediato ao local da agressão e adotar as medidas de proteção cabíveis para o atendimento da vítima. Outros procedimentos inovadores contidos no projeto determinam o recolhimento de provas necessárias ao esclarecimento dos fatos, a realização de exames periciais e de corpo de delito, além da tomada de depoimento da vítima, do agressor e testemunhas, quando houver.

A proposição estabelece ainda o atendimento da vítima por equipe multidisciplinar, a ser composta por médicos, psicólogos e assistentes sociais.

A CCJ também apresentou parecer favorável a projeto que reestrutura a organização judiciária do Distrito Federal, de acordo com proposição de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), relatada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). O projeto (PLC 18/06) amplia o quadro de pessoal efetivo e de magistrados do tribunal. Também cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa, além do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça local.

Emenda apresentada ao projeto pelo relator estabelece que o TJDFT será integrado por 35 desembargadores, e não 40, como previa a proposição original.



Célio Azeredo

Projeto apresentado por Gerson Camata conta com o apoio dos governadores

Congresso cria comissão para sistematizar projetos sobre saneamento básico

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, criaram ontem uma comissão composta de cinco senadores e cinco deputados para sistematizar projetos sobre saneamento básico em tramitação nas duas Casas.

Os senadores que vão compor o grupo são: Fernando Bezerra (PTB-RN), Eduardo Azeredo

(PSDB-MG), Tião Viana (PT-AC), Luiz Otávio (PMDB-PA) e César Borges (PFL-BA). Na Câmara, falta indicar um nome. Os quatro deputados já definidos são: Eduardo Sciarra (PFL-PR), Custódio Mattos (PSDB-MG), Júlio Lopes (PP-RJ) e Maria do Carmo Lara (PT-MG).

O senador César Borges diz que a comissão mista foi criada

para unificar duas propostas de marco regulatório para o saneamento básico do país. A primeira, relatada por ele, tramita no Senado (PLS 155/05). A outra (PL 5.296/05), que está na Câmara, tem como relator o deputado Júlio Lopes (PP-RJ).

Os dois projetos são antagônicos porque o primeiro, do senador Gerson Camata (PMDB-

ES), tem o apoio dos governos estaduais, enquanto o segundo, apresentado pelo governo federal, rompe com o sistema atual, baseado nas empresas estaduais, centralizando a política de saneamento pela criação do Sistema Nacional do Saneamento (Sinas). Segundo César Borges, os relatores querem superar as divergências dos dois projetos.

Senado confirma Cármen Lúcia como segunda mulher no STF

Reconhecida como uma das principais juristas do país na atualidade, ministra vai ocupar vaga deixada com a saída de Nelson Jobim do Supremo Tribunal Federal

O Senado aprovou ontem, por 55 votos contra 1, a indicação do nome da procuradora mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha para ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Reconhecida como uma das principais juristas do país na atualidade, Cármen Lúcia será a segunda mulher a integrar a mais alta corte do país, que é presidida atualmente pela ministra Ellen Gracie. A nova ministra ocupará a vaga deixada pelo ministro Nelson Jobim. Cármen Lúcia será nomeada pelo presidente Lula e tomará posse em sessão solene do Supremo Tribunal Federal.

A votação foi possível graças a um acordo entre opositoristas e governistas, que, com o respaldo de decisão do STF, decidiram deliberar sobre a indicação de Cármen Lúcia e de outras autoridades encaminhadas pelo Poder Executivo. A pauta de votações do Senado continua trancada por quatro medidas provisórias com prazo de votação vencido.

O Plenário da Casa confirmou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de aprovar a indicação. Na comissão, Cármen Lúcia disse que



J. Freitas

Cármen Lúcia defende aplicação prática das leis, a começar pela Constituição

seu maior compromisso no cargo será lutar pela aplicação prática das leis, a começar pela própria Constituição federal, que, a seu ver, “não pode mais continuar existindo apenas como uma peça textual”.

– Somos um povo que dispõe de ótimas leis. Somos capazes de preparar as melhores leis de que se tem conhecimento. No entanto, nem sempre somos capazes de aplicar as leis que temos – afirmou, na CCJ.

Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e graduada em Di-

reito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, onde é professora titular de Direito Constitucional, a nova ministra do STF já foi procuradora-geral de Minas e é autora e coordenadora de várias obras jurídicas.

Desobstrução adiada

Inicialmente, a proposta era de que a votação das indicações da ministra e de outras autoridades fosse antecedida da análise da MP 281/06 – transformada em projeto de lei de conversão (PLV 11/06) em virtude de alterações introduzidas na Câmara –, que reduz a zero a alíquota do Imposto de Renda incidente sobre investimentos de não-residentes no país em títulos públicos federais e em instrumentos de capital de risco.

A medida provisória voltou a gerar protestos do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), inviabilizando o acordo entre as lideranças partidárias para desobstrução da pauta. A indignação do senador foi motivada pelo fato de o governo federal ter empenhado, recentemente, crédito extraordinário antes mesmo da aprovação, pelo Congresso Nacional, da MP que o previa.



Geraldo Magalhães

Senadores aprovam, por maioria absoluta, nomes de Humberto Martins e Massami Uyeda

Plenário acolhe indicações de dois ministros para o STJ

O Plenário aprovou ontem, por maioria absoluta, as indicações dos desembargadores Humberto Eustáquio Martins e Massami Uyeda para integrarem o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os novos ministros serão nomeados pelo presidente Lula. Os desembargadores foram escolhidos para o STJ na cota de um terço constitucional destinada a membros de Tribunais de Justiça, para ocuparem as vagas abertas com as aposentadorias dos ministros Franciulli Netto e Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Os nomes dos desembargadores foram aprovados no último dia 10 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Membro do Tribunal de Justiça de Alagoas desde março de 2002, Humberto Eustáquio Soares Martins ingressou na magistratura pelo quinto constitucional destinado a advogados. É professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Doutor, mestre, especialista e graduado em Direito, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Massami Uyeda integra a 11ª Câmara Criminal daquela corte desde fevereiro de 2005. As áreas de Direito Administrativo e de Processual Civil são aquelas a que tem dado ênfase em seus estudos acadêmicos.

Aprovados cinco embaixadores do Brasil

Foram aprovadas ontem pelo Senado cinco indicações do presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil no exterior. Entre as indicações estava a do diplomata Frederico Cezar de Araújo para a Embaixada na Bolívia, país com o qual o Brasil enfrenta crise diplomática devido à decisão do governo boliviano de estatizar as reservas de petróleo

e de gás, o que afetou interesses brasileiros naquele país. A indicação foi aprovada por 41 votos favoráveis e 3 contrários.

Também foi acolhida, por 37 votos a favor e 6 contra, a indicação de Antonino Marques Porto e Santos para o cargo de embaixador do Brasil no Equador; a de José Eduardo Martins Felício para a embaixada no Uruguai, por

36 votos favoráveis e 8 contrários; a indicação de Mário Vilalva para a Embaixada do Brasil no Chile, por 41 votos a favor e 6 contrários; e a de Eduardo dos Santos para embaixador na Suíça, por 37 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção. Eduardo dos Santos também acumulará o cargo de embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein.

CPI define cronograma de atividades, mas ainda pode votar requerimentos

A CPI dos Bingos realiza hoje, às 11h, reunião administrativa para definir o cronograma das atividades até 8 de junho, data prevista para o encerramento dos trabalhos do colegiado. Mas a secretaria da CPI informa que o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), poderá colocar em votação na ocasião novos requerimentos, entre eles o que pede a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Delúbio Soares, ex-

tesoureiro do PT, e de Silvano Pereira, ex-secretário-geral também do PT.

Para a próxima semana, a CPI dos Bingos já tem agendados três depoimentos. Na terça-feira, está confirmada a presença de Elza Gonçalves Buratti, ex-esposa de Rogério Tadeu Buratti. Na quarta-feira, devem ser ouvidos dois empresários ligados à área de jogos: Jair da Ressurreição Paula e José Renato Granado.

Transporte de alunos na Paraíba preocupa senadores

Acidente envolvendo um caminhão pau-de-arara e um ônibus, que deixou 13 estudantes mortos e 15 feridos, próximo ao município de Sousa, no sertão paraibano, motivou a manifestação dos três senadores pela Paraíba.

Ney Suassuna (PMDB) ressaltou a violência do acidente e lembrou que sempre alertou para o perigo de os caminhões pau-de-arara levarem estudantes pelas estradas do interior, onde não são fiscalizados.

– Considero um crime esse transporte – enfatizou.

Já Efraim Moraes (PFL) destacou a necessidade de o governo federal investir em transporte escolar gratuito e seguro para estudantes carentes das regiões mais pobres. Segundo explicou, hoje são feitos repasses da União às prefeituras, que, no interior, acabam alugando paus-de-arara e outros veículos inadequados.

Por sua vez, o senador José Maranhão (PMDB) acusou o governo da Paraíba de não fiscalizar adequadamente o transporte escolar no estado, principalmente na zona rural.

Senador defende pacto nacional entre os partidos que permita universalizar um sistema educacional de qualidade e reurbanizar as favelas nas grandes cidades

Jefferson propõe entendimento amplo para erradicar a miséria

Referindo-se ao seu artigo “Concertación enquanto é tempo”, publicado pela *Folha de S. Paulo* no último domingo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu ontem em Plenário um grande entendimento nacional entre os principais partidos políticos brasileiros a fim de possibilitar a aprovação de reformas indispensáveis ao país.

Jefferson fez um apelo à classe política no sentido do estabelecimento de pacto nacional, baseado numa visão de longo prazo, para a erradicação da miséria até 2020, a universalização de um sistema educacional de qualidade e a eliminação das favelas nas grandes cidades.

– Está na hora de os políticos



“O que nos impede de levar o Estado para as favelas?”, questiona Jefferson

republicanos, sem deixarem seus partidos, procurarem um rumo para este país. O que nos impede de ter uma política de reurbanização para erradicar as favelas e levar o Estado brasileiro para dentro das favelas, independen-

temente de partidos, ao longo de dez ou 15 anos? – indagou.

Ao final de seu pronunciamento, Jefferson defendeu ainda a substituição do regime presidencialista pelo sistema parlamentarista a partir de 2011. Em sua opinião, o presidencialismo “é perverso” porque, desde o dia da posse do presidente da República, os adversários começam a se empenhar na sua derrota e torcem pelo pior para que consigam eleger o sucessor.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Tião Viana (PT-AC), Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizaram Jefferson Péres pela proposta de entendimento nacional.



Para Arthur Virgílio, próximo governo, “seja ele qual for”, terá sérios problemas

“Haverá crise fiscal se governo não frear gastos”, alerta Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), previu ontem que o governo não terá como evitar uma crise fiscal, a curto prazo, se não for capaz de frear seus gastos públicos. Essa crise, conforme o senador, produz-se por meio da deterioração das contas públicas que estão desequilibradas, porque os gastos correntes estão em torno de 8% a 10% ao ano, enquanto o produto interno bruto do país cresceu, no ano passado, apenas 2,3%.

– O próximo governo, seja qual for, vai viver uma crise fiscal se não forem tomadas providências agora, no ano de eleição, que é um ano pouco propício para que um governo populista se corrija – alertou.

A redução da liquidez internacional e o crescimento dos juros nos Estados Unidos – que poderão passar de 5,5% –, combinados com o excesso de gastos públicos, foram apontados pelo senador como agravantes da crise fiscal.

Segundo Virgílio, a possibilidade de problemas no próximo quadriênio aumenta à medida que o ajuste fiscal praticado pelo governo se resume ao aumento de carga tributária e a cortes de investimentos. O Executivo, disse, desorganiza seus gastos ao utilizar métodos como a contratação de pessoal “pela portinhola escusa da nomeação apadrinhada”.

Desequilíbrio

A redução do superávit primário para 4,1% e o aumento do contingenciamento de recursos de empresas, como a Superintendência da Zona Franca de Manaus, que subiu de R\$ 400 milhões, no ano passado, para R\$ 600 milhões este ano, representa, de acordo com Virgílio, uma tentativa do governo para dar resposta a gastos crescentes, enquanto os investimentos públicos são os mais baixos desde o período Collor.

– Que cumpra aos homens de responsabilidade se alertarem para isso, porque a eleição trans-torna a cabeça do presidente e ameaça a economia – advertiu.

Saturnino defende política para América Latina

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, Roberto Saturnino (PT-RJ), afirmou ontem estar otimista quanto ao futuro da Comunidade Sul-Americana de Nações. Ele defendeu a ação diplomática brasileira na superação de conflitos com a Bolívia devido a mudanças nos direitos de exploração do petróleo e do gás.

O senador disse acreditar que os fatos recentes na administração diplomática da crise com a Bolívia mantêm acesa a esperança no sucesso da integração da América do Sul e mostram que o governo brasileiro estava certo quando optou pela cautela e pelo diálogo, em vez de seguir os críticos que



Para Saturnino, avanço na superação da crise com a Bolívia prova acerto do governo

pediam o endurecimento com o presidente Evo Morales.

Saturnino mencionou ainda como indicadores positivos de uma convivência cooperativa no continente a adesão da Venezuela ao Mercosul. O parlamentar acrescentou também que o go-

verno do Equador, mesmo sendo considerado pró-Estados Unidos, acaba de revogar contrato de operação da petrolífera americana Occidental, atendendo à pressão da opinião pública. Isso demonstraria, segundo matéria da revista *Carta Capital* lida pelo senador, que a chamada onda nacionalista na América do Sul seria fruto de movimento popular, e não da ação de um ou dois líderes.

Ele criticou o pessimismo da parcela dos brasileiros “incapaz de enxergar” a importância de obras como a do Grande Gasoduto do Sul, que ligará Venezuela, Brasil e Argentina. A previsão é que as obras de mais de 10 mil quilômetros de dutos comecem daqui a três anos e terminem em 2017.

tórico, cobrindo desde a época do descobrimento até os dias atuais”, descrevendo eventos como a Batalha de Guararapes (século 17), a Guerra do Paraguai (século 19) e a Segunda Guerra Mundial.

O senador afirmou ainda que a Seção Regional Brasília da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira consolidou no projeto denominado Anvefebra as iniciativas das últimas décadas que, somadas, resultam no complexo arquitetônico que ele defende.



Jucá, que assume no lugar de Mercadante, foi saudado por diversos senadores

Romero Jucá é o novo líder do governo no Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) é o novo líder do governo no Senado. Ele assumiu ontem a liderança, participando das negociações que resultaram na aprovação de várias indicações de autoridades, entre as quais a da ministra do Supremo Tribunal Federal, a procuradora Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Jucá, que até então era o vice-líder do governo, substituiu Aloizio Mercadante (PT-SP), que deve se candidatar ao governo de São Paulo. O novo líder já ocupou o cargo de ministro da Previdência Social neste governo.

Em Plenário, diversos senadores saudaram a escolha de Romero Jucá e elogiaram a atuação de Mercadante na liderança.

Efraim apóia homenagem à FEB e aos Heróis da Pátria

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) defendeu ontem a construção, em Brasília, do Memorial Heróis da Pátria e de um monumento em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB). As duas edificações fariam parte de um mesmo complexo arquitetônico, com área de aproximadamente 2,5 mil metros quadrados, que ain-



Memorial serviria para resgatar história brasileira, afirma Efraim Moraes

da contaria com o Túmulo do Soldado Desconhecido e uma biblioteca especializada.

Segundo Efraim, o espaço do memorial seria utilizado para apresentar “um panorama his-



Prática desperta grande interesse em todo o mundo, observa Aelton Freitas

Aelton ressalta potencial da agricultura orgânica

Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que o Brasil precisa aproveitar seu potencial como explorador da agricultura orgânica. A prática, que, segundo ele, proporciona alimentos mais saudáveis, porque cultivados sem agrotóxicos, desperta grande interesse em todo o mundo, onde movimenta US\$ 40 bilhões por ano. Os 12 mil agricultores que atuam nessa área no Brasil são responsáveis por US\$ 300 milhões desse total, mas por apenas 1% do mercado agrícola interno.

– Temos de agarrar essa oportunidade. Ainda que o manejo orgânico seja mais complicado, o produto final possui um maior valor agregado – frisou o senador.



João Batista Motta aponta ausência de obras federais no Espírito Santo

Anúncio de obras é “mentira deslavada”, acusa Motta

João Batista Motta (PSDB-ES) voltou a apontar ontem, em Plenário, o que chamou de desmandos do governo Lula. Dessa vez, contestou anúncios feitos pelo governo sobre obras federais realizadas no estado do Espírito Santo. A paralisação da reforma do aeroporto e da recuperação das rodovias federais, como a BR-101, foi dada como exemplo de que a propaganda governamental representaria “uma mentira deslavada”.

– Trata-se de um governo corrupto, fraco, frouxo, que não vale coisíssima nenhuma na administração deste país – acusou o senador.

Audiência pública reúne coordenadora de programa desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e o titular da Secretaria Nacional de Assistência Social

Comissão discute a exploração sexual de crianças e adolescentes

A coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Cristina Albuquerque, em audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), pediu celeridade ao Congresso para a votação de cinco projetos originários da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que funcionou em 2004. Eles já foram analisados pelo Senado, estão na pauta da Câmara há mais de um mês, mas ainda não foram votados.

– Os projetos garantem avanços em termos de códigos Penal e Processual Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e preenchem lacunas gritantes em relação à pornografia infantil – explicou a coordenadora.

Cristina Albuquerque ressaltou que os criminosos que traficam e exploram meninos e meninas sexualmente estão cada vez mais organizados e sofisticados, e que os casos estão se intensificando, especialmente na região da



Oswaldo Russo (ao lado de Cristovam e Cristina) destaca papel a ser assumido pelo Senado

Amazônia.

A coordenadora destacou ainda a mudança do número do disque-denúncia para 100, que, em sua opinião, é mais fácil. O horário de funcionamento do serviço, desde o início deste ano, foi ampliado para sábados, domingos e feriados, e atende até às 22h.

Responsabilização

Em resposta ao presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que solicitou aos expositores sugestões sobre como o Senado pode contribuir para erradicar a exploração

sexual de jovens e crianças, o titular da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Oswaldo Russo, disse que a Casa pode contribuir politicamente para a “responsabilização” dos agentes públicos com a obrigação formal de atuar no combate direto à exploração sexual na infância ou por meio de políticas correlatas. Nesse ponto, o secretário argumentou que as políticas públicas existem e funcionam, mesmo precariamente, mas muitas vezes falta a responsabilização dos agentes.

Fernanda Abreu e Ivan Lins abrem debate sobre música

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), aprovou na reunião de ontem dois requerimentos. O primeiro garante a realização de uma audiência pública na quarta-feira, para debater problemas relacionados ao setor musical brasileiro. Já estão confirmadas as presenças dos compositores Fernanda Abreu e Ivan Lins, além de outros nomes ligados ao setor.

– Esse é um ponto que foi discutido na subcomissão: trazer para o Senado, para a Casa que consagrou a Lei do Audiovisual, depois de grandes conquistas na área do cinema e do teatro, a discussão sobre a música, um produto de exportação muito importante – explicou o presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Também foi acolhido requerimento para que a subcomissão elabore documento dirigido aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, pedindo a liberação de recursos orçamentários no valor de R\$ 30 milhões para a Fundação Nacional de Arte (Funarte). O montante é proveniente de emenda de autoria da CE aprovada na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e será destinado aos setores de teatro e de dança.

Plano de prevenção à gripe aviária será tema de reunião

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que prevê a realização de audiência pública para discutir o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária, doença mais conhecida como gripe aviária. O debate deverá ser feito em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

A audiência terá como convidado o vice-presidente técnico-científico da União Brasileira de Avicultura (UBA), Ariel Antônio Mendes. Caberá ao representante da UBA analisar o plano de prevenção do governo e comentar a adesão dos estados ao programa de regionalização do combate à doença.

Foi aprovado ainda parecer favorável de Jonas Pinheiro a projeto de lei (PLS 158/02) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) permitindo que áreas de reserva permanente (margens de rios, topos de morros etc.) sejam computadas como parte do cálculo das áreas de reserva legal das propriedades rurais. A CRA também acolheu substitutivo de Alvaro Dias a projeto da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que corrige cálculos de financiamentos rurais passados. A proposta (PLS 231/03) beneficia somente agricultores pessoas físicas e cooperativas.



Iris: segundo pesquisa da Unicamp, impostos consomem 38,9% do PIB

Iris de Araújo defende redução da carga tributária

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu, em discurso feito ontem, medidas que diminuam a carga tributária do país. Ao citar pesquisa divulgada pela Universidade de Campinas (Unicamp), ela afirmou que os impostos consomem 38,9% do produto interno bruto (PIB).

Iris de Araújo frisou que, apesar de tantos impostos, a população não tem uma contrapartida pelo que paga, apontando a precariedade das redes públicas de saúde e de ensino. Ela observou que, em países desenvolvidos que também têm alta carga tributária, educação e atendimento à saúde são providos gratuitamente e com qualidade pelo Estado.



Segundo João Tenório, área canavieira terá aumento de 32% até 2010

João Tenório registra expansão da indústria sucro-alcooleira

João Tenório (PSDB-AL) elogiou, ontem, o empresariado brasileiro pelos investimentos em energia renovável, o que resultou no crescimento da indústria sucro-alcooleira no país nos últimos 30 anos. O senador enfatizou o atual reconhecimento dessa indústria em nível internacional, em decorrência de sua tecnologia de ponta, ambientalmente correta e economicamente competitiva.

João Tenório anunciou aumento de 32% da área canavieira, até 2010, com a entrada em operação de 74 novas centrais energéticas, num investimento da ordem de US\$ 8 bilhões para atender à ampliação da demanda.